

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 007, DE 12 DE JANEIRO DE 2012.**

*“Altera parágrafo único do artigo 14 da Lei Municipal nº 1.841, de 24 de março de 2004, que institui normas para concessão de auxílios, contribuições e subvenções, e dá outras providências.”*

**JOÃO CARLOS VIEIRA**, Prefeito Municipal, em exercício, de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**L E I**

**Art. 1º** Fica alterado o parágrafo único do artigo 14 da Lei Municipal nº 1.841, de 24 de março de 2004, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 14. (...)

**Parágrafo único.** Os benefícios abrangidos por esta lei até o limite de R\$ 1.000,00 (um mil reais) não necessitam de lei autorizativa.

**Art. 2º** Os demais dispositivos constantes na Lei Municipal nº 1.841/04 permanecem inalterados.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor a na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 12 de janeiro de 2012.

**JOÃO CARLOS VIEIRA**  
Prefeito Municipal, em exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**Sigrid Inês Guthmann Pesenatto**  
Secretária da Administração

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos Nobres Edis, o Projeto de Lei Municipal nº 007, de 12 de janeiro de 2012, que *“Altera o parágrafo único do artigo 14 da Lei Municipal nº 1.841, de 24 de março de 2004, que institui normas para concessão de auxílios, contribuições e subvenções, e dá outras providências”*.

A presente proposta visa melhor atender as necessidades dos beneficiados pela referida lei, evitando, desta forma, a morosidade na concessão do auxílio destinado a pessoas carentes em decorrência dos trâmites burocráticos,, já que grande parte das solicitações ultrapassam o valor hoje estipulado no referido dispositivo, que é de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Com a alteração ora proposta se evitará o constante envio de projetos de lei e essa Casa Legislativa.

Ressalta-se, contudo, que o Poder Executivo seguirá enviando a esse Poder Legislativo relatório semestral informando os benefícios concedidos.

Sendo assim, contando com a costumeira atenção, aguardamos Vossa manifestação com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**JOÃO CARLOS VIEIRA**  
Prefeito Municipal, em exercício